Fecomércio RN
Sesc | Senac

CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
03 e 04/05/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Proposta limita e torna facultativas as contribuições para o "Sistema S" – FEDAP – São Paulo – 03/05/2021
3. Curso gratuito de robótica tem inscrições abertas para estudantes do ensino público do RN – NELSON DANTAS – Rio Grande do Norte – 03/05/2021
4. IMD/UFRN: Projeto Include abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens – BLOG PAUTA ABERTA – Rio Grande do Norte – 03/05/2021
5. Curso gratuito de robótica tem inscrições abertas para estudantes do ensino público do rn – BLOG DO ERIVAN JUSTINO – Rio Grande do Norte – 03/05/2021
6. Projeto em parceria com a UFRN abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens – BLOG DE ASSIS – Rio Grande do Norte – 03/05/2021
7. Projeto Include, do Instituto Campus Party, abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens – BLOG ANTENADO – Rio Grande do Norte – 03/05/2021
8. Projeto Include abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens; saiba como participar – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 03/05/2021
9. Curso gratuito de robótica tem inscrições abertas para estudantes do ensino público do RN – PONTO DE VISTA ONLINE – Rio Grande do Norte – 03/05/2021
10. Inadimplência em Mossoró cai quase 7% em março – BLOG DO PC – Rio Grande do Norte – 03/05/2021
11. CNC: novas medidas trabalhistas ajudarão a salvar empresas – O ESTADO – Ceará – 03/05/2021

12. Projeto destina valores do Sistema S para compra de vacinas contra Covid-19 – AMAZÔNIA SEM FRNTEIRA – Amazonas – 03/05/2021

13. Bolsonaro sanciona PL com apoio ao setor de turismo – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 04/05/2021

14. Reforma Tributária deverá ser fatiada para facilitar aprovação – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 04/05/2021

15. Congresso pressiona Bolsonaro a acelerar ampliação do Bolsa Família – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 04/05/2021

16. Potencial de receita de imposto sobre dividendos é limitado, diz equipe econômica – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 04/05/2021

17. Câmara tenta flexibilizar financiamento de campanha – ESTADÃO – São Paulo – 04/05/2021

18. Com alta nas exportações, superávit pode ir até a US$ 73 bi, novo recorde – ESTADÃO – São Paulo – 04/05/2021

19. Com 2ª onda da covid, vendas de carros têm queda de 7,5% em abril – ESTADÃO – São Paulo – 04/05/2021

20. Lei prevê socorro a turismo e eventos – ESTADÃO – São Paulo – 04/05/2021

21. Bolsonaro atende Guedes e sanciona com veto ajuda para turismo e eventos – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 04/05/2021

22. GRÁFICOS

RELATÓRIO

O presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei que cria um programa de apoio aos setores de turismo e entretenimento, afetados diretamente desde o início da pandemia. As medidas incluem renegociação de dívidas tributárias e o direcionamento de parte dos recursos do programa de crédito à micro e pequenas empresas (Pronampe). Este assunto está em todos os jornais nacionais e estampa a capa do jornal TRIBUNA DO NORTE, no Rio Grande do Norte.

O recebimento de 7 mil doses da vacina Pfizer virou manchete na TRIBUNA DO NORTE, também. A FOLHA, por sua vez, destaca a entrega de 35 milhões de doses da mesma Pfizer, em outubro próximo. Pelo menos é o que afirma o ministro da Saúde Marcelo Queiroga. O ESTADÃO também publica essa informação das vacinas da Pfizer, mas prefere destacar a possibilidade de o STF responsabilizar gestores públicos por ações de improbidade, caso atrasem a imunização complementar. Oito capitais atrasaram a 2ª dose da Coronavac.

Na Economia, o ESTADÃO destaca a possibilidade de novo recorde nas exportações. O superávit, segundo apurou o jornal, pode chegar ir até a US$ 73 bilhões. Se alcançado, o resultado deste ano será 30% superior ao de 2017, ano do último recorde registrado. A retomada da China e dos EUA deve continuar ampliando as vendas de soja e minério de ferro. Em abril, foi registrado saldo comercial positivo de US$ 10,3 bilhões. A FOLHA revela que o Congresso pressiona Bolsonaro para que ele acelere a ampliação do Bolsa Família. Sem reformulação do programa, congressistas querem prorrogar o auxílio, que está previsto até julho, diz o jornal. O GLOBO destaca a Reforma Tributária, informando que a unificação de tributos deve ser feita em etapas. O texto da reforma deve sugerir que a fusão comece pelos tributos federais.

Na política, a CPI da Covid continua dominando o noticiário. Os jornalões nacionais destacam os ex-ministros da Saúde, em especial, Luiz Henrique Mandetta, como a bola da vez. A FOLHA traz um questionamento da CPI, que, segundo o jornal, quer saber se os ministros seguiram decisões técnicas ou ordens de Bolsonaro. Já O GLOBO aposta que Mandetta pode expor o governo, enquanto o ESTADÃO destaca a 'versão' do Planalto, que quer culpar Mandetta. Cenas para os próximos capítulos.

Proposta limita e torna facultativas as contribuições para o "Sistema S" – FEDAP – São Paulo – 03/05/2021

Link	https://fedap.com.br/2021/05/03/proposta-limita-e-torna-facultativas-as-contribuicoes-para-o-sistema-s/

Proposta limita e torna facultativas as contribuições para o "Sistema S"

O Projeto de Lei 6505/19 determina que a contribuição das empresas ao chamado "Sistema S" será facultativa e limitada a 1% da remuneração paga mensalmente aos empregados. Dessa arrecadação, 30% serão destinados à seguridade social.

Conforme o texto, essas regras abrangerão as contribuições aos serviços sociais do comércio (Sesc), da indústria (Sesi) e do transporte (Sest), bem como os serviços nacionais de aprendizagem do comércio (Senac), do cooperativismo (Sescoop), da indústria (Senai) e do transporte (Senat), além do rural (Senar).
A proposta em tramitação na Câmara dos Deputados exige ainda que o valor da remuneração dos dirigentes das entidades do "Sistema S" não poderá exceder o subsídio mensal de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje R$ 39.293,32.

"O 'Sistema S' onera o empregador, tendo em vista que parte da arrecadação incide sobre a folha de pagamento", disse o deputado Eli Borges (Solidariedade-TO). Segundo ele, o repasse chega a 5,8% do total de salários pagos no País.

"São urgentes as medidas que aliviem a folha de pagamento e proporcionem fôlego para que as empresas tenham incentivos para investir na produção e na geração de empregos", continuou o autor da proposta.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Curso gratuito de robótica tem inscrições abertas para estudantes do ensino público do RN – NELSON DANTAS – Rio Grande do Norte – 03/05/2021

Link	http://nelsondantas.blogspot.com/2021/05/curso-gratuito-de-robotica-tem.html?m=1

Curso gratuito de robótica tem inscrições abertas para estudantes do ensino público do RN

O projeto Include, ação social realizada pelo Instituto Campus Party em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD-UFRN), abriu inscrições para cursos educacionais gratuitos de robótica desplugada. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 8 de maio por meio do site do Campus Party.

A iniciativa tem foco na inclusão tecnológica e conta com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc-RN). O objetivo é promover cursos e oficinas gratuitas em diversas áreas do campo da Tecnologia da Informação (TI), ao mesmo tempo em que possibilita a inclusão tecnológica de estudantes de famílias de baixa renda – público-alvo do projeto.

Para se inscrever, é necessário que o interessado possua idade entre 12 e 20 anos e estude em escola pública. No entanto, conforme as regras do Include, caso restem vagas, jovens que estão fora da faixa etária também poderão ser beneficiados.

Os alunos que tenham menos de 18 anos precisam da autorização dos responsáveis - o modelo dessa autorização pode ser solicitado via e-mail, para confirmar a matrícula.

Oficinas

O curso segue formato de um laboratório. A finalidade é incluir os jovens participantes no meio tecnológico por meio de aulas teóricas e oficinas de robótica educacional.

Serão formadas turmas síncronas de 25 alunos cada, distribuídas entre os turnos da manhã e tarde. No curso, os jovens terão contato com o mundo maker – onde o aluno é o protagonista da ação – e trabalharão conteúdos como lógica, eletricidade, impressão 3D, algoritmo, arduíno, informática, entre outros.

O curso terá início no dia 17 de maio e será finalizado em julho, após 24 encontros, sendo realizados dois por semana. As oficinas, serão ministradas por estudantes de graduação da UFRN oriundos de áreas interdisciplinares, que atuarão como bolsistas no Projeto Include.

IMD/UFRN: Projeto Include abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens – BLOG PAUTA ABERTA – Rio Grande do Norte – 03/05/2021

Link	http://blogpautaaberta.blogspot.com/2021/05/blog-post_13.html?m=1

IMD/UFRN: Projeto Include abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens

O projeto Include, ação social realizada pelo Instituto Campus Party em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD), ligado à Universidade Federal do RN (UFRN), dá início a mais uma edição de cursos educacionais de robótica desplugada.

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 08 de maio, sábado, por meio deste LINK.

Com foco em inclusão tecnológica, a iniciativa também conta com o apoio do Serviço Social do Comércio do RN (Sesc/RN) e tem por objetivo promover cursos e oficinas gratuitas em diversas áreas do campo da Tecnologia da Informação (TI), ao mesmo tempo em que possibilita a inclusão tecnológica de estudantes de famílias de baixa renda – público-alvo do projeto.

Com vagas limitadas, para se candidatar é necessário que o interessado possua idade entre 12 e 20 anos e estude em escola pública.

No entanto, conforme as regras do Include, caso restem vagas, jovens que estão fora da faixa etária também poderão ser beneficiados.

Ao fazerem a inscrição, os alunos que possuírem idade inferior a 18 anos precisarão da autorização dos responsáveis, cujo modelo pode ser solicitado via *e-mail*, para confirmar a matrícula, frisa informação da assessoria de imprensa do IMD/UFRN, na capital do estado.

Imagem: Reprodução

Curso gratuito de robótica tem inscrições abertas para estudantes do ensino público do rn – BLOG DO ERIVAN JUSTINO – Rio Grande do Norte – 03/05/2021

Link	https://www.erivanjustino.com.br/2021/05/curso-gratuito-de-robotica-tem.html?m=1

CURSO GRATUITO DE ROBÓTICA TEM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO DO RN

O projeto Include, ação social realizada pelo Instituto Campus Party em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD-UFRN), abriu inscrições para cursos educacionais gratuitos de robótica desplugada. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 8 de maio por meio do site do Campus Party.

A iniciativa tem foco na inclusão tecnológica e conta com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc-RN). O objetivo é promover cursos e oficinas gratuitas em diversas áreas do campo da Tecnologia da Informação (TI), ao mesmo tempo em que possibilita a inclusão tecnológica de estudantes de famílias de baixa renda – público-alvo do projeto.

Para se inscrever, é necessário que o interessado possua idade entre 12 e 20 anos e estude em escola pública. No entanto, conforme as regras do Include, caso restem vagas, jovens que estão fora da faixa etária também poderão ser beneficiados.

Os alunos que tenham menos de 18 anos precisam da autorização dos responsáveis - o modelo dessa autorização pode ser solicitado via e-mail, para confirmar a matrícula.

Oficinas

O curso segue formato de um laboratório. A finalidade é incluir os jovens participantes no meio tecnológico por meio de aulas teóricas e oficinas de robótica educacional.

Serão formadas turmas síncronas de 25 alunos cada, distribuídas entre os turnos da manhã e tarde. No curso, os jovens terão contato com o mundo maker – onde o aluno é o protagonista da ação – e trabalharão conteúdos como lógica, eletricidade, impressão 3D, algoritmo, arduíno, informática, entre outros.

O curso terá início no dia 17 de maio e será finalizado em julho, após 24 encontros, sendo realizados dois por semana. As oficinas, serão ministradas por estudantes de graduação da UFRN oriundos de áreas interdisciplinares, que atuarão como bolsistas no Projeto Include.

Projeto em parceria com a UFRN abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens – BLOG DE ASSIS – Rio Grande do Norte – 03/05/2021

Link	https://blogdeassis.com.br/educacao/projeto-em-parceria-com-a-ufrn-abre-inscricoes-para-curso-de-robotica-voltado-para-jovens/215737

Projeto em parceria com a UFRN abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens

O projeto Include, ação social realizada pelo Instituto Campus Party em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD), da UFRN, iniciou mais uma edição de cursos educacionais de robótica desplugada. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 8 de maio.

Com foco em inclusão tecnológica, a iniciativa também conta com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc-RN) e tem por objetivo promover cursos e oficinas gratuitas em diversas áreas do campo da Tecnologia da Informação (TI), ao mesmo tempo em que possibilita a inclusão tecnológica de estudantes de famílias de baixa renda – público-alvo do projeto.

Com vagas limitadas, para se candidatar é necessário que o interessado possua idade entre 12 e 20 anos e estude em escola pública. No entanto, conforme as regras do Include, caso restem vagas, jovens que estão fora da faixa etária também poderão ser beneficiados.

Ao fazerem a inscrição, os alunos que possuírem idade inferior a 18 anos precisarão da autorização dos responsáveis, cujo modelo pode ser solicitado via e-mail, para confirmar a matrícula.

Oficinas

O curso é realizado seguindo o formato de um laboratório, cuja finalidade é incluir os jovens participantes no meio tecnológico por meio de aulas teóricas e oficinas de robótica educacional.

Serão formadas turmas síncronas de 25 alunos cada, distribuídas entre os turnos da manhã e tarde. No curso, os jovens terão contato com o mundo maker – no qual o aluno é o protagonista da ação – e trabalharão conteúdos como lógica, eletricidade, impressão 3D, algoritmo, arduíno, informática, entre outros.

O curso terá início no dia 17 de maio e será finalizado em julho, após 24 encontros, sendo realizados dois por semana. As oficinas, serão ministradas por estudantes de graduação da UFRN oriundos de áreas interdisciplinares, que atuarão como bolsistas no Projeto Include.

Projeto Include, do Instituto Campus Party, abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens – BLOG ANTENADO – Rio Grande do Norte – 03/05/2021

Link	https://blogantenado.com/projeto-include-do-instituto-campus-party-abre-inscricoes-para-curso-de-robotica-voltado-para-jovens/

Projeto Include, do Instituto Campus Party, abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens

O projeto Include, ação social realizada pelo Instituto Campus Party em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD), dá início a mais uma edição de cursos educacionais de robótica desplugada. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 8 de maio.

Com foco em inclusão tecnológica, a iniciativa também conta com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc-RN) e tem por objetivo promover cursos e oficinas gratuitas em diversas áreas do campo da Tecnologia da Informação (TI), ao mesmo tempo em que possibilita a inclusão tecnológica de estudantes de famílias de baixa renda – público-alvo do projeto.

Com vagas limitadas, para se candidatar é necessário que o interessado possua idade entre 12 e 20 anos e estude em escola pública. No entanto, conforme as regras do Include, caso restem vagas, jovens que estão fora da faixa etária também poderão ser beneficiados.

Ao fazerem a inscrição, os alunos que possuírem idade inferior a 18 anos precisarão da autorização dos responsáveis, cujo modelo pode ser solicitado via *e-mail*, para confirmar a matrícula.

Projeto Include abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens; saiba como participar – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 03/05/2021

Link	https://www.blogdajuliska.com.br/projeto-include-abre-inscricoes-para-curso-de-robotica-voltado-para-jovens-saiba-como-participar

3 MAI

Projeto Include abre inscrições para curso de robótica voltado para jovens; saiba como participar

O projeto Include, ação social realizada pelo Instituto Campus Party em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD), dá início a mais uma edição de cursos educacionais de robótica desplugada. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 8 de maio.

Com foco em inclusão tecnológica, a iniciativa também conta com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc-RN) e tem por objetivo promover cursos e oficinas gratuitas em diversas áreas do campo da Tecnologia da Informação (TI), ao mesmo tempo em que possibilita a inclusão tecnológica de estudantes de famílias de baixa renda – público-alvo do projeto.

Com vagas limitadas, para se candidatar é necessário que o interessado possua idade entre 12 e 20 anos e estude em escola pública. No entanto, conforme as regras do Include, caso restem vagas, jovens que estão fora da faixa etária também poderão ser beneficiados.

Ao fazerem a inscrição, os alunos que possuírem idade inferior a 18 anos precisarão da autorização dos responsáveis, cujo modelo pode ser solicitado via *e-mail*, para confirmar a matrícula.

Oficinas

O curso é realizado seguindo o formato de um laboratório, cuja finalidade é incluir os jovens participantes no meio tecnológico por meio de aulas teóricas e oficinas de robótica educacional.

Serão formadas turmas síncronas de 25 alunos cada, distribuídas entre os turnos da manhã e tarde. No curso, os jovens terão contato com o mundo *maker* – no qual o aluno é o protagonista da ação – e trabalharão conteúdos como lógica, eletricidade, impressão 3D, algoritmo, arduíno, informática, entre outros.

O curso terá início no dia 17 de maio e será finalizado em julho, após 24 encontros, sendo realizados dois por semana. As oficinas, serão ministradas por estudantes de graduação da UFRN oriundos de áreas interdisciplinares, que atuarão como bolsistas no Projeto Include.

Curso gratuito de robótica tem inscrições abertas para estudantes do ensino público do RN –

PONTO DE VISTA ONLINE – Rio Grande do Norte – 03/05/2021

Link	http://www.pontodevistaonline.com.br/curso-gratuito-de-robotica-tem-inscricoes-abertas-para-estudantes-do-ensino-publico-do-rn/

Curso gratuito de robótica tem inscrições abertas para estudantes do ensino público do RN

O projeto Include, ação social realizada pelo Instituto Campus Party em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD-UFRN), abriu inscrições para cursos educacionais gratuitos de robótica desplugada. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o dia 8 de maio por meio do site do Campus Party.

A iniciativa tem foco na inclusão tecnológica e conta com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc-RN). O objetivo é promover cursos e oficinas gratuitas em diversas áreas do campo da Tecnologia da Informação (TI), ao mesmo tempo em que possibilita a inclusão tecnológica de estudantes de famílias de baixa renda – público-alvo do projeto.

Para se inscrever, é necessário que o interessado possua idade entre 12 e 20 anos e estude em escola pública. No entanto, conforme as regras do Include, caso restem vagas, jovens que estão fora da faixa etária também poderão ser beneficiados.

Os alunos que tenham menos de 18 anos precisam da autorização dos responsáveis – o modelo dessa autorização pode ser solicitado via e-mail, para confirmar a matrícula.

Oficinas

O curso segue formato de um laboratório. A finalidade é incluir os jovens participantes no meio tecnológico por meio de aulas teóricas e oficinas de robótica educacional.

Serão formadas turmas síncronas de 25 alunos cada, distribuídas entre os turnos da manhã e tarde. No curso, os jovens terão contato com o mundo maker – onde o aluno é o protagonista da ação – e trabalharão conteúdos como lógica, eletricidade, impressão 3D, algoritmo, arduíno, informática, entre outros.

O curso terá início no dia 17 de maio e será finalizado em julho, após 24 encontros, sendo realizados dois por semana. As oficinas, serão ministradas por estudantes de graduação da UFRN oriundos de áreas interdisciplinares, que atuarão como bolsistas no Projeto Include.

Inadimplência em Mossoró cai quase 7% em março – BLOG DO PC – Rio Grande do Norte – 03/05/2021

Link	http://www.blogdopc.com.br/2021/05/inadimplencia-em-mossoro-cai-quase-7-em.html?m=1

Inadimplência em Mossoró cai quase 7% em março

Levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) ao qual o JORNAL DE FATO teve acesso, por intermédio da Câmara de Dirigentes Lojistas de Mossoró (CDL Mossoró) mostra que o número de inadimplentes em Mossoró caiu 6,52% em março de 2021, em relação a março do ano passado.

De acordo com o estudo, o percentual registrado na Capital do Oeste no terceiro mês do ano ficou abaixo da média da região Nordeste e da média nacional. O índice de pessoas com alguma dívida pendente no Nordeste ficou em 6,26% e no país o percentual atingiu 5,05%.

Se em relação a março do ano passado houve queda no número de inadimplentes, o mesmo não foi registrado na passagem de fevereiro para março. Neste caso, o número de devedores na segunda maior cidade do Rio Grande do Norte cresceu 1,51%. Na região Nordeste, na mesma base de comparação, a variação foi de 1,57%.

Ainda de acordo com o levantamento do SPC Brasil, o número de dívidas em atraso de moradores de Mossoró caiu 10,75% em relação ao mesmo período de 2020. O dado ficou abaixo da média da região Nordeste, que registrou redução de 9,31% e abaixo da média nacional, com queda de 8,17%. Na passagem de fevereiro para março, o número de dívidas de Mossoró cresceu 1,05%. Na região Nordeste, nessa mesma base de comparação, a variação foi de 1,43%.

A pesquisa do SPC Brasil ainda traz dados relacionados ao número médio de dívidas por devedores. De acordo com o estudo, cada consumidor inadimplente em Mossoró tinha em média 1,767 dívidas em atraso. Os números são relativos a março.

O número ficou acima da média da região Nordeste (1,733 dívidas por pessoa inadimplente) e abaixo da média nacional registrada no mês (1,784 dívidas para cada pessoa inadimplente).

FAIXA ETÁRIA

A abertura por faixa etária do devedor mostra que o número de devedores com participação mais expressiva em Mossoró em março foi o da faixa de 30 a 39 anos. Esse grupo respondeu por 26,71%.

A faixa etária entre 40 a 49 anos teve percentual de 21,67%. Na sequência aparecem as pessoas entre 50 a 64, que corresponde a 20,59% do montante de inadimplentes. Já 11,67% dos devedores na cidade tinham entre 25 e 29 anos.

Ainda segundo o levantamento, 10,03% desses devedores estavam na faixa etária de 65 a 84 anos, enquanto 6,58% estavam no grupo de pessoas entre 18 a 24 anos de idade.

SETORES

O estudo mostra que o setor com participação mais expressiva do número de dívidas em março na cidade de Mossoró foi Bancos, com 56,16% do total de dívidas.

Quase 20% (19,66%) dos endividados eram por conta de dívidas no setor de comunicação, enquanto que 8,07% eram de dívidas para companhias de água e luz. Cerca de 10% (9,99%) eram classificadas com outras dívidas pelo SPC Brasil.

BRASIL

O número de inadimplentes no Brasil passou de 61,56 milhões para 62,56 milhões de pessoas de fevereiro para março, o que corresponde a 57,4% da população adulta do país. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná foram os com o maior número de negativados.

Mossoró encerrou 2020 com quase 120 mil inadimplentes

O município de Mossoró encerrou o ano de 2020 com 118.039 mossoroenses na lista de devedores. O levantamento foi enviado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Mossoró (CDL/Mossoró) após solicitação do JORNAL DE FATO.

De acordo com esse estudo, o número de inadimplentes na Capital do Oeste cresceu 503% de janeiro de 2016 a novembro de 2020. Entraram na lista de endividados 98.470 pessoas no período. O primeiro mês de 2016 encerrou com 19.569 inadimplentes. Já o mês de novembro do ano passado terminou com 118.039 mossoroenses na lista de devedores. Esse foi o maior número de pessoas endividadas nesses cinco anos.

Os primeiros onze meses de 2020 registraram alta de 10% de devedores. Ao todo, 10.932 pessoas entraram no cadastro de devedor nos 11 primeiros meses de 2020. Janeiro registrou 107.107 consumidores inadimplentes. Em fevereiro o número aumentou para 108.445. Já março registrou queda e encerrou com 108.027. Em abril a inadimplência na Capital do Oeste voltou a subir e atingiu 109.396 pessoas.

Em maio a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte passou da marca dos 110 mil endividados. O mês terminou com 110.003 inadimplentes. Em junho teve queda considerável. O número de pessoas com dívidas caiu para 108.856. No entanto, julho encerrou com 111.226. Agosto subiu para 113.421. Em setembro o número chegou em 116.228. Houve leve aumento em outubro chegando a 116.299.

Mais de 50% dos consumidores mossoroenses planejam ir às compras neste Dia das Mães

Pesquisa do Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DEES) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN) apontou que 53,3% dos consumidores mossoroenses disseram que vão às compras para presentear as mamães este ano. O Dia das Mães em 2021 será comemorado no próximo domingo, dia 9.

Já 46,7% responderam aos pesquisadores que não vão manter a tradição e não pretendem presentear nesta data comemorativa. A pesquisa apontou que 40,2% não presentearão a mãe por falta de dinheiro. Os itens mais procurados serão os de vestuário (27,3%), perfumes e cosméticos (21,7%), depois vêm os eletrodomésticos (11,6%), calçados e bolsas (11,2%), celulares e eletrônicos (5,2%).

O levantamento apontou que a maioria dos mossoroenses (56,9%) comprará apenas um presente neste Dia das Mães; os que irão adquirir dois produtos são 33,7% e quem vai comprar três ou mais itens somam 9,4%.

Já 44,6% responderam que querem gastar até R$ 100,00 e 31,8% dos consumidores pretendem gastar entre R$ 101,00 e R$ 200,00. Em média, o gasto médio dos mossoroenses neste Dia das Mães deve ficar em torno de R$ 112,08.

As lojas do comércio serão as mais procuradas, de acordo com 48,35 dos entrevistados. Já 24,7% disseram que vão comprar o presente no shopping e 16,7% realizaram o pedido pela internet.

As entrevistas foram feitas por telefone.

CNC: novas medidas trabalhistas ajudarão a salvar empresas – O ESTADO – Ceará – 03/05/2021

Link	https://oestadoce.com.br/economia/cnc-novas-medidas-trabalhistas-ajudarao-a-salvar-empresas/

CNC: novas medidas trabalhistas ajudarão a salvar empresas

"A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) avalia as medidas como uma alternativa segura para a sobrevivência dos negócios" – José Roberto Tadros, presidente da CNC

Com o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, sancionado pelo governo federal, que permite novamente às empresas realizar acordos para redução de jornada e salário de empregados ou a suspensão dos contratos de trabalho, a expectativa é de fôlego e sobrevivência aos negócios. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) afirma que as medidas estão alinhadas com o que vem sem defendido desde o início do ano.

Entre os principais benefícios trazidos pela MP 1.045 estão a redução da jornada de trabalho e do salário por até 120 dias, nos mesmos moldes de 2020; a suspensão do contrato de trabalho também por até 120 dias e o pagamento, por parte da União, aos empregados que tiverem jornada reduzida ou contrato suspenso, do benefício emergencial proporcional ao valor do seguro-desemprego.

Já a MP 1.046 traz a facilitação da adoção do teletrabalho; a antecipação de férias individuais e a flexibilização da concessão de férias coletivas; o aproveitamento e a antecipação de feriados; o aumento do período de compensação do banco de horas, além da suspensão da exigibilidade de recolhimento do FGTS de abril, maio, junho e julho de 2021.

"A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) avalia as medidas como uma alternativa segura para a sobrevivência dos negócios e a proteção do trabalhador durante o período da crise provocada pelo agravamento da pandemia", afirmou José Roberto Tadros. Ambas entram em vigor de forma imediata e terão duração inicial de 120 dias.

As inciativas vão permitir que empresários negociem com os trabalhadores e sindicatos novos modelos de trabalho, evitando demissões. A Confederação apontou essa necessidade ao governo na carta enviada em janeiro, quando apresentou o número de acordos individuais formalizados com base na MP 936, que somavam mais de 19 milhões, visando à preservação de empregos. Por isso, a necessidade apontada de que seria fundamental reeditar as medidas para este ano.

Projeto destina valores do Sistema S para compra de vacinas contra Covid-19 – AMAZÔNIA SEM FRNTEIRA – Amazonas – 03/05/2021

Link	https://amazoniasemfronteira.com.br/noticias/politica/2021/05/projeto-destina-valores-do-sistema-s-para-compra-de-vacinas-contra-covid-19/

Projeto destina valores do Sistema S para compra de vacinas contra Covid-19

O Projeto de Lei 1199/21 permite que 10% das contribuições sociais ao Sistema S repassadas ao Serviço Social do Comércio (Sesc) sejam usadas na aquisição de insumos e vacinas contra a Covid-19 para a imunização de empresários e trabalhadores do setor de comércio e serviços. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

Pela proposta, a gestão dos valores e a operacionalização da vacinação serão realizadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), que assinarão um protocolo de cooperação para viabilizar a medida.

As duas confederações poderão importar vacinas autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e contratar serviços necessários à imunização.

Autor do PL 1199/21, o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) afirma que a proposta é uma alternativa eficiente de ampliação da cobertura vacinal no País sem custos adicionais para os cofres públicos. Além disso, permite a retomada mais rápida da atividade econômica, afetada pelas medidas de distanciamento social.

"O sucesso do controle da doença depende da cobertura vacinal. Temos que somar esforços às ações do governo para dar celeridade ao processo de vacinação contra Covid e garantir que mais brasileiros sejam imunizados", disse Motta.

Bolsonaro sanciona PL com apoio ao setor de turismo – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 04/05/2021

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/bolsonaro-sanciona-pl-com-apoio-ao-setor-do-turismo/509320

Bolsonaro sanciona PL com apoio ao setor do turismo

« INCENTIVO » Empresas dos setores de turismo e entretenimento poderão renegociar dívidas e acessar programa de recursos de crédito

FABIO RODRIGUES POZZEBOM

Presidente pediu medidas especiais para setor de eventos, um dos mais atingidos na pandemia

O presidente Jair Bolsonaro sancionou projeto de lei que cria um programa de apoio aos setores de turismo e entretenimento, afetados diretamente desde o início da pandemia. As medidas incluem renegociação de dívidas tributárias e o direcionamento de parte dos recursos do programa de crédito a micro e pequenas empresas (Pronampe). A isenção de tributos como PIS/Cofins para essas atividades foi vetada pelo presidente, mas o Ministério da Economia prometeu estudar alternativas para isentar pequenas empresas que estejam enfrentando maior dificuldade.

A sanção da lei foi anunciada em entrevista coletiva no Palácio do Planalto por Bolsonaro, ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes. Na época da aprovação do projeto, no início de abril, cálculos preliminares de consultores da Câmara apontavam que a proposta poderia ter impacto de até R$ 4 bilhões nas contas do governo, ampliando a necessidade de o Ministério da Economia arrumar mais espaço no Orçamento. Com os vetos, esse efeito deve ser menor, embora haja a promessa de reavaliação de algumas medidas, como a isenção de tributos.

> Nos próximos dias ou nas próximas semanas, buscaremos atender

zo de 60 meses a partir da sanção da lei, as alíquotas de contribuições como PIS/Pasep, Cofins, CSLL e IRPJ para o setor. Porém, o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, disse que a isenção de tributos foi vetada porque o governo pre-

Uma das principais medidas sancionadas no programa é a possibilidade de parcelamento de débitos de empresas com o governo, como dívidas tributárias, não-tributárias e com o FGTS. O desconto será de até 70% sobre o total da dívida, e o prazo para quitá-

Fecomércio RN
Sesc | Senac

acarta

"Nos próximos dias ou nas próximas semanas, buscaremos atender quase na integralidade o que foi aprovado na Câmara", disse Bolsonaro. Ao lado do presidente, Guedes também reforçou que o setor de eventos foi um dos mais atingidos e está com dificuldades de se levantar, por isso Bolsonaro pediu "medidas especiais". "Só mais um pouco de paciência dessa turma aí, estamos indo para resgatar", afirmou. Segundo o ministro, os eventuais vetos são no sentido de "aperfeiçoamento" da lei.

Entre as empresas beneficiadas pela lei, estão hotéis, cinemas, casas noturnas, casas de shows, eventos e espetáculos, parques temáticos, de diversão e aquáticos, atrações turísticas, empresas que realizam ou comercializam congressos, feiras, festas, shows, festivais, espetáculos, simpósios, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, além de entidades sem fins lucrativos e buffets sociais e infantis.

> quase na integralidade o que foi aprovado na Câmara"
>
> **JAIR BOLSONARO**
> presidente

Tributos

O texto aprovado pelos congressistas reduzia a zero, pelo prazo de 60 meses, a alíquota de PIS/Pasep, Cofins, IPI e Imposto de Importação para bens e serviços destinados à prevenção, diagnóstico e tratamento da covid-19. Também isentava de tributação federal doações de bens e serviços para o combate à pandemia.

Segundo Guedes, a medida precisaria compensar a perda de arrecadação com a elevação da carga tributária sobre outros setores. Nos moldes da medida aprovada pelo Congresso, a compensação necessária seria elevada, explicou o secretário, sem especificar valores.

O projeto também estabelecia medidas para compensar a perda de receitas do setor relacionadas à covid-19. Seria uma indenização para as empresas que tiveram redução de mais de 50% em seu faturamento entre 2019 e 2020. O valor a ser pago ao conjunto de companhias seria limitado a R$ 2,5 bilhões, e calculado com base na folha de salários das empresas registrada no dia 20 de março. Não foi detalhado, porém, se essa parte da ajuda foi vetada ou sancionada.

A negociação, porém, só valerá para empresas que comprovarem dificuldade de pagamento.

Também será assegurado um direcionamento de 20% do Pronampe ao setor de turismo e eventos. Como a equipe econômica prevê um aporte de R$ 5 bilhões no fundo de garantias do Pronampe, cerca de R$ 1 bilhão iria para esses dois segmentos. Segundo Costa, o valor seria suficiente dada a demanda rastreada pelo governo - embora haja pressão no Congresso para ampliar esse valor..

"O governo tem defendido R$ 5 bilhões para Pronampe, isso seria suficiente", disse o secretário.

Reforma Tributária deverá ser fatiada para facilitar aprovação – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 04/05/2021

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/reforma-tributa-ria-devera-ser-fatiada-para-facilitar-aprovaa-a-o/509328

Reforma tributária deverá ser fatiada para facilitar aprovação

« SISTEMA TRIBUTÁRIO » Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira reafirma que primeiro deverão ser votados os projetos mais simples e consensuais

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), voltou a defender o fatiamento da reforma tributária para facilitar sua aprovação. Segundo Lira, a ideia é que os parlamentares comecem a votar os temas mais simples e consensuais da reforma e deixem os temas mais complexos para serem debatidos amplamente ao longo do ano. Ele concedeu entrevista ao programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes.

Para Arthur Lira, a reforma tributária é essencial para o País voltar a crescer, pois a legislação atual, na avaliação do presidente, prejudica o crescimento econômico pela falta de segurança jurídica para garantir o investimento. Lira afirmou que está otimista em relação à aprovação da proposta.

"Quando digo que sou otimista, eu sei que todos os temas são difíceis, mas ela é absolutamente necessária. O País não pode continuar mais com essa dúvida sobre o pagamento dos impostos, não podemos admitir que a Receita faça 1900 regulamentações em cima daquilo que o Congresso faz. Está em discussão no STF uma causa tributária de mais R$ 200 bilhões.

Deputado Arthur Lira discute estratégias para a votação

A legislação precisa de uma atualização, a nossa legislação tributária faliu, está prejudicando o desenvolvimento do nosso País", criticou.

Lira destacou que uma das possibilidades seria a votação do texto que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Essa proposta faz parte da reforma tributária que foi encaminhada pelo governo em julho do ano passado e substitui o PIS/Pasep e a Cofins (PL 3887/20).

Por se tratar de um projeto de lei, necessitaria apenas de maioria simples para ser aprovado.

Por outro lado, o presidente afirmou que a possibilidade da inclusão de um imposto digital, o que muitos críticos apontam como a retomada da CPMF, é um tema complexo e, por essa razão, é necessário ampliar o debate.

"Se você chama de CPMF, você já assassina a discussão. É um imposto digital e não podemos comparar com a CPMF de 20 anos atrás. Você tem que ter um imposto digital se quiser ser mais expansivo, mas é uma discussão mais ampla. Agora, se tiver um destino específico, você já apazigua um pouco, mas vai ser uma discussão no seu tempo", destacou.

Lira disse ainda que não se pode incluir os setores mais prejudicados na pandemia neste primeiro momento da reforma. Para ele, é importante consensuar os temas para dar celeridade no texto.

"Não tenho compromisso de mérito de votar, mas temos o compromisso de pautar e trazer o tema para uma discussão de maneira bem ampla e democrática", disse Lira.

Congresso pressiona Bolsonaro a acelerar ampliação do Bolsa Família – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 04/05/2021

Congresso pressiona Bolsonaro a acelerar ampliação do Bolsa Família

Sem reformulação do programa, congressistas querem prorrogar auxílio, que está previsto até julho

Gustavo Uribe
e Thiago Resende

BRASÍLIA Com o atraso na chegada de vacinas contra o coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro tem sido pressionado pelo Congresso a acelerar o processo de criação de um programa social que substitua o auxílio emergencial.

Na semana retrasada, congressistas governistas alertaram o presidente para a possibilidade de, caso a ampliação do Bolsa Família, iniciativa planejada pelo ministro Paulo Guedes (Economia), não seja viabilizada até julho, eles passarem a defender em público que o auxílio seja prorrogado até novembro.

O auxílio emergencial foi renovado em 2021, de abril a julho. O benefício varia de acordo com a composição da família. As parcelas vão de R$ 150 a R$ 375 por mês.

No caso do Bolsa Família, o benefício médio está na faixa de R$ 190 por mês.

Na quarta-feira (28), diante da pressão de deputados e senadores do centrão, o presidente afirmou, em conversa com eleitores, que pretende ampliar para R$ 250 o valor médio recebido por um beneficiário do Bolsa Família a partir de agosto ou setembro.

A sinalização, no entanto, não foi considerada satisfatória nem mesmo por integrantes do governo, para os quais, diante do aumento dos indicadores de pobreza no país, o programa social deveria ser ampliado para um número maior de beneficiários e para uma quantia mais elevada, chegando a R$ 270.

O governo ainda não deu reajuste ao benefício do programa. O aumento mais recente foi em julho de 2018, na gestão Michel Temer (MDB).

Na época, o valor médio transferido às famílias foi de R$ 188. Se o valor fosse corrigido pela inflação do período, seria equivalente a R$ 215.

Portanto, parte do aumento prometido pelo presidente apenas repõe o poder de compra dos beneficiários, que está defasado.

Sem consenso, o plano de reformular o Bolsa Família travou em 2020 e nem sequer foi apresentado ao Congresso.

Apesar do alerta do Legislativo, ainda não há previsão para que o governo formalize uma nova proposta de programa social, mais amplo que o atual.

Procurado, o Ministério da Cidadania afirmou apenas que trabalha no aprimoramento do Bolsa Família e que pretende lançar a reformulação após a última parcela do auxílio, em agosto. Por ora, as discussões não preveem mudança no nome do programa.

Atualmente o Bolsa Família atende 14,6 milhões de lares. Mas há cerca de 1,5 milhão de famílias na fila de espera para entrar no programa após o fim do auxílio —caso contrário, ficarão sem assistência social apesar de se enquadrarem no perfil de faixa de pobreza ou extrema pobreza.

Para 2021, o Bolsa Família teve um alívio orçamentário de aproximadamente R$ 8 bilhões por causa da nova rodada do auxílio emergencial.

Com a sobra de recursos, o Ministério da Cidadania quer bancar a ampliação do valor médio e da cobertura no segundo semestre. Ainda não há, porém, garantia de dinheiro para o 13º do benefício, promessa de campanha de Bolsonaro.

Das 14,6 milhões famílias cadastradas no programa, mais de 10 milhões estão recebendo o auxílio emergencial, já que, pelas regras, têm direito a um valor maior no benefício emergencial do que nos critérios do Bolsa Família.

A ampliação do programa, contudo, já enfrenta entraves orçamentários para os próximos anos, pois em 2022 a verba não deve ter uma folga por causa do auxílio emergencial. Com isso, é necessário calcular o impacto da reformulação do Bolsa Família no Orçamento futuro.

Técnicos do Ministério da Economia dizem que esse plano precisa caber dentro do teto de gastos —norma que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

Paralelamente ao projeto de ampliar o Bolsa Família, o time de Guedes quer um novo programa social voltado para trabalhadores informais, que deve ser chamado de BIP (Bônus de Inclusão Produtiva).

O objetivo é ampliar a qualificação de mão de obra no país e incentivar, por meio de uma transferência mensal entre R$ 200 e R$ 300, o treinamento de informais e jovens em busca de emprego. Além disso, o governo planeja criar regras trabalhistas mais flexíveis para esse público.

O aumento da extrema pobreza no país, agravado pela baixa na atividade econômica com a pandemia, é considerado por assessores palacianos um dos principais calcanhares de aquiles para a campanha à reeleição do presidente.

O principal receio é que o eleitorado das classes C, D e E se torne mais receptivo a um discurso encampado pelo campo da esquerda, sobretudo caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em cujo governo foi criado o Bolsa Família, se lance candidato ao Palácio do Planalto.

Em Brasília nesta semana, Lula buscará articular a prorrogação do auxílio emergencial até o fim da pandemia e no valor de R$ 600 novamente.

O governo e a aliados no Congresso querem deixar a que MP (medida provisória) que criou a nova rodada do benefício seja votada. Assim, quando o texto perder a validade, em julho, todas as quatro parcelas previstas já estariam pagas e não haveria risco de ampliação dos gastos.

A preocupação com a aproximação de Lula com o eleitorado de classes mais baixas é compartilhada por congressistas da base aliada, que vêm sendo cobrados em suas bases eleitorais por uma alternativa ao auxílio emergencial.

Eles também se queixam de que a queda na renda da população mais pobre pode se tornar um motor de apoio a candidatos a deputado e senador que sejam de oposição ao atual governo federal.

Segundo pesquisa divulgada no mês passado, promovida pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), uma em cada quatro famílias brasileiras tem um membro com dívidas em atraso, percentual que é mais alto nas residências de baixa renda.

Mais da metade dos inadimplentes afirma que o problema está relacionado à pandemia, principalmente perda de emprego e redução de salário.

Governo e Congresso discutem mudanças na área social

- Nova rodada do auxílio emergencial começou em abril
- Auxílio será distribuído até julho
- Valor-base é de **R$ 250** por mês
- Mais **10 milhões** de beneficiários do **Bolsa Família** recebem o auxílio
- Cerca de **R$ 2 bilhões** por mês deixam de ser gastos pelo Bolsa Família
- Governo que usar esse dinheiro para turbinar o programa, mas ainda não apresentou uma proposta

14,6 milhões
é o número de famílias cadastradas no Bolsa Família

1,5 milhão
é a fila de espera para entrar no programa após o fim do auxílio

R$ 190
é o valor aproximado do benefício médio do Bolsa Família

Rosimeire Ferreira da Silva, Terezinha Francisco Tavares e Maria Geani Souza Carvalho posam nas ruas de Heliópolis, na zona sul de São Paulo Zanone Fraissat/Folhapress

Mais da metade das domésticas ficou sem renda na pandemia

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Terezinha Francisco Tavares, 52, trabalhava há 13 anos para uma família em São Paulo quando a pandemia começou, em março do ano passado. Em outra casa, prestava serviços há nove.

Em ambas, a facilidade dessas dispensas evidenciam a fragilidade dos vínculos. "Todo esse tempo de trabalho e saí com a diária do dia e mais nada. Todo o mundo tem um motivo. Teve que ajudar outras pessoas da família ou levou alguém para morar em casa, mas quem é mais prejudicado somos nós", diz.

Dos trabalhos que mantinha no pré-pandemia, Terezinha ainda vai eventualmente a uma outra residência, onde já completa 18 anos limpando e arrumando. "Mas ela [a empregadora] também ficou desempregada, então não vou sempre. Uma vez por mês eu vou dar uma ajuda. Mas a gente sabe que a corda sempre estoura no lado mais fraco."

Terezinha mora há nove anos em Heliópolis, maior favela de São Paulo, na zona sul da capital. Lá, assim como ela, 78% das mulheres que trabalham como diaristas ou mensalistas não têm carteira assinada, segundo pesquisa do observatório De Olho na Quebrada, da Unas (União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região), com ActionAid, Open Society Foundation e Instituto Construção entre dezembro de 2020 e março deste ano.

Uma vez dispensadas, essas trabalhadoras não recebem férias ou 13º salário, também não acessam o seguro-desemprego ou o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Em pouco mais de um ano de pandemia, 95% dessas mulheres relataram ter visto a renda diminuir.

Quase nove em dez disseram ter perdido um posto de trabalho. Segundo o De Olho na Quebrada, 47% trabalhavam em só uma casa; 24% iam a duas, e 14%, a três.

Mais da metade (52%) relatou não ter mais nenhuma renda. Na casa de Rosimeire Ferreira da Silva, 49, a ordem é de economia total. Aparelhos eletrônicos ficam fora da tomada quando não estão sendo usados. "Até o tanquinho [para lavar roupas] eu deixo só para coisas mais pesadas e o resto lavo na mão", diz.

No início da pandemia, a pessoa para quem Rosimeire trabalhava a cada 15 dias recomendou que ela ficasse em casa até a situação melhorar. Não melhorou, e a antiga empregadora também não a chamou de volta.

"A gente leva como pode. Meu marido é ajudante de pedreiro e, para ele, tem aparecido trabalho aqui e ali."

Com a renda encolhida, Rosimeire teve que cortar hábitos como fazer a feira semanal e tem buscado ajuda, como a cesta básica doada pela Unas.

"Se não é o apoio da comunidade, o povo ia passar fome", diz a diarista Maria Geani Souza Carvalho, 45, que até o início da pandemia trabalhava em três casas.

Há cerca de três meses, voltou a fazer faxinas, mas com frequência menor, chegando a só uma vez por mês, e aceita qualquer bico que aparecer.

"Eu que mantinha a minha casa. Tinha mês que dava até para fazer uma comprinha extra. Acabou que eu tive que cortar essas comprinhas e ainda fiquei sem pagar o carnê. Agora estou com o nome sujo", conta. Geani diz contar com o apoio do filho, que garante o pagamento do aluguel.

Segundo a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, 4,9 milhões de pessoas atuavam no trabalho doméstico remunerado no trimestre encerrado em fevereiro deste ano. Na comparação com o mesmo período em 2020, o corte de empregos no setor chega a 1,3 milhão de pessoas, uma queda de 21%.

A pesquisa do De Olho na Quebrada buscou entender também como era a vida das mulheres entrevistadas. Letícia Maria da Silva, 22, liderança do De Olho na Quebrada, foi uma das pesquisadoras.

Ela conta que, depois de terem recebido e respondido os formulários, as mulheres eram novamente entrevistadas e contavam, em áudios, como eram suas rotinas antes e depois da pandemia e quais eram suas atividades de lazer.

Para Reginaldo José Gonçalves, líder comunitário na Unas, foi surpreendente constatar que as atividades de lazer dessas mulheres estão, com frequência, vinculadas aos cuidados com outras pessoas, como receber filhos e netos e almoços em família.

Para a diretora de programas da ActionAid, Ana Paula Brandão, os dados mostram como a pandemia aprofundou desigualdades.

Segundo a pesquisa, 97% das trabalhadoras domésticas em Heliópolis são mães e metade delas é solo, ou seja, não compartilha com ninguém a responsabilidade pela criação dos filhos. Mais de 70% delas são negras e 48% têm entre 40 e 59 anos.

"Chama a atenção o aumento exponencial de mulheres que passaram a cuidar de outras pessoas. A pandemia coloca a centralidade da responsabilidade sobre a mulher. Quando você junta esse dado com o fato de escolas estarem fechadas, vamos ter cinco a dez anos de situação catastrófica. Uma questão social séria."

Fecomércio RN
Sesc | Senac

acarta

Potencial de receita de imposto sobre dividendos é limitado, diz equipe econômica – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 04/05/2021

Potencial de receita de imposto sobre dividendos é limitado, diz equipe econômica

Ainda assim, governo quer propor criação do tributo, pois seria uma forma de bancar o corte no IR das pessoas jurídicas

Thiago Resende e Fábio Pupo

BRASÍLIA Para propor um tributo sobre lucros e dividendos, o Ministério da Economia fez cálculos preliminares e concluiu que o potencial de arrecadação é limitado em relação ao IRPJ (Imposto na tarde desta terça-feira (4). A taxação de dividendos, porém, deverá depender ainda de outro projeto de lei.

Portanto, um novo imposto sobre lucros e dividendos aliviaria a taxação sobre pessoas jurídicas.

Na cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos, a equipe de Guedes já fez simulações com uma alíquota de 20%. Isso viabilizaria um corte de

A PEC foi apresentada por líderes do Congresso e é mais ampla que o projeto do governo, pois visa fundir tributos federais, estaduais e municipais.

O modelo de Guedes envolve apenas tributos federais, e depois, em outras etapas, mudanças em mais impostos, como o IR para pessoas físicas.

O plano da equipe econômica ainda é cortar deduções, como as médicas, desse tipo de Imposto de Renda, pois, segundo o Ministério da Economia, esse mecanismo reforça a desigualdade social no país.

Outro ponto é a alteração das alíquotas do imposto e aumentar a cobrança sobre salários mais altos. Uma das ideias levantadas foi uma alíquota máxima para 35% para quem ganha acima de R$ 39 mil por mês.

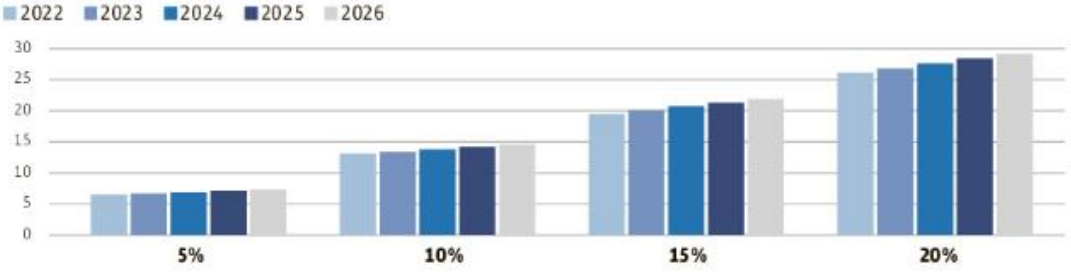
Mas técnicos têm dito que esse tipo de medida também tem impacto limitado.

BALANÇA TEM EM ABRIL SALDO DE US$ 10,35 BI, O MAIOR DA HISTÓRIA

O superávit foi impulsionado principalmente

Tributação dos dividendos

Arrecadação anual prevista, em R$ bi



Limites vistos para aumentar a arrecadação do Imposto de Renda

Renda média per capita no Brasil é de **R$ 1.439 ao mês**

A criação de mais uma alíquota de cerca de 32% para salários acima de R$ 8 mil (por exemplo) geraria pouca arrecadação e penalizaria empregados CLT e funcionários públicos

A expectativa de arrecadação de dividendos é considerada baixa até mesmo para compensar redução do IRPJ (redução de 1 ponto percentual equivaleria a 3% a 4% em dividendos) e é quase nula nos primeiros anos

Fonte: Ministério da Economia

de Renda da Pessoa Jurídica).

Para compensar uma redução de um ponto percentual na alíquota do IRPJ, seria necessário criar uma taxação de 3% ou 4% sobre dividendos, valores distribuídos a acionistas da empresa e isentos atualmente.

Além disso, a avaliação de técnicos do Ministério da Economia é que a arrecadação sobre dividendos seria "quase nula" nos primeiros anos. Mesmo assim, o governo quer propor a criação do tributo, pois, apesar do efeito limitado em relação ao que se arrecada atualmente com IRPJ, é uma forma de bancar o corte no Imposto de Renda das empresas.

O governo tem dificuldade de calcular exatamente a receita potencial de uma nova tributação sobre dividendos, pois algumas empresas devem deixar de distribuir esses valores por causa da taxação.

O objetivo do ministro Paulo Guedes (Economia) é realizar uma troca de cobranças. 5 a 6,5 pontos percentuais no IR cobrado de empresas, que hoje pode chegar a 25%.

Outra variável para saber o potencial da tributação sobre dividendos é o impacto da medida sobre a chamada pejotização —quando pessoas físicas firmam contratos de trabalho como se fossem empresas, prática que evita tributação. A expectativa é que essa prática diminua com as mudanças, mas ainda não se sabe exatamente quanto.

A taxação sobre lucros e dividendos é um dos pontos mais próximos de um consenso na reforma tributária discutida entre o Congresso e o governo.

O relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), já aceitou prever uma cobrança de IR sobre a distribuição desses valores. A medida reduz a resistência nos partidos de esquerda à reformulação do sistema de impostos do país.

Ele deve apresentar o relatório da PEC (proposta de emenda à Constituição)

por uma concentração de exportações de soja, que atingiu volume recorde, e pela alta dos preços de commodities como minério de ferro e petróleo. As exportações somaram US$ 26,481 bilhões, salto de 50,5% sobre abril do ano passado na comparação pela média diária e superando o recorde anterior, de agosto de 2011 (US$ 26,076 bilhões).

No acumulado do ano, a balança registra superávit de US$ 18,26 bilhões.

Na quinta (29), o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que a reforma tributária deve ser votada de forma fatiada, provavelmente em quatro etapas, e começar pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A CBS, que funde PIS e Cofins, faz parte da primeira fase da reforma enviada pelo governo. A alíquota seria de 12%, e a mudança entraria em vigor seis meses após publicação da lei.

O objetivo, segundo Guedes, é simplificar regras e reduzir disputas judiciais entre contribuintes e Receita.

Em nota técnica, o Ministério da Economia afirmou que a fusão desses tributos em uma alíquota de 12% não elevará a carga tributária e terá impacto próximo de zero no realinhamento de preços.

A decisão de fatiar a reforma tributária, como deseja o governo, ainda vai ser debatida com os líderes do Congresso Nacional.

Fecomércio RN
Sesc | Senac

acarta

Câmara tenta flexibilizar financiamento de campanha – ESTADÃO – São Paulo – 04/05/2021

Eleições. Grupo criado por Arthur Lira discute a proposta que prevê o retorno de doações de empresas para candidatos; a prática foi proibida por decisão do Supremo, em 2015

Câmara tenta flexibilizar financiamento de campanha

ROBERTO JAYME/ASCOM/TSE - 27/08/2020

TSE. Presidente da Corte, ministro Barroso diz que 'não tem simpatia' pela volta de doação empresarial para campanhas

Rafael Moraes Moura
Daniel Weterman
Camila Turtelli / BRASÍLIA

Quase seis anos depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir o financiamento empresarial de campanhas políticas, a Câmara avalia uma forma de tornar viável a destinação de recursos do setor privado para candidatos ou partidos. Uma proposta discutida nos bastidores por deputados prevê que sejam estabelecidos tetos de R$ 500 mil a R$ 1 milhão por empresa, independentemente do porte da companhia.

O valor poderia ser doado para um único candidato ou dividido entre outros concorrentes, de deputado federal a presidente da República. A medida, porém, não é encarada como um substituto do Fundo Eleitoral, que no ano passado foi de R$ 2 bilhões. O modelo do fundo como é hoje, abastecido com dinheiro público, continuaria existindo.

A reforma da lei eleitoral é patrocinada pelo presidente da

PROPOSTAS

	Como é	Como ficaria
Financiamento de campanha	Financiamento público e doações de pessoas físicas alimentam caixas de partidos e de candidatos.	Além das fontes já permitidas, empresas poderiam voltar a doar com teto de R$ 500 mil a R$ 1 milhão por CNPJ.
TSE	Pode publicar resoluções até 5 de março do ano da eleição para valer no mesmo ano.	As resoluções do tribunal só teriam validade se publicadas um ano antes das eleições.
Mulheres	Não há, atualmente, qualquer obrigatoriedade para mulheres ocuparem cadeiras nos legislativos.	Porcentual a ser definido de cadeiras em todos os legislativos País teria de ser ocupado obrigatoriamente por mulheres.
Showmício	É proibida a realização de shows para campanhas eleitorais, embora lives tenham sido liberadas na última eleição.	A promoção de shows e lives estaria liberada para a realização de campanhas eleitorais, como era permitido até 2006.

Na avaliação de Pereira, "há um clima no Congresso" para aprovar as doações limitadas por teto. "Ninguém acha que isso vai distorcer o processo", argumentou Pereira. A opinião é compartilhada pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR), que disse ser a favor da volta do financiamento empresarial nas campanhas. "Acho que pode ter regra para isso, desde que não se inviabilize o financiamento", defendeu o deputado. Barros ressalvou, porém, que não havia consultado o governo sobre o tema.

O vice-líder do Solidariedade na Câmara, deputado Zé Silva (MG), também apoiou a iniciativa. "Não há ainda um posicionamento do partido, mas eu sou favorável à volta dessas doações com um limite. Além disso, acho que o financiamento público deve prevalecer para que haja igualdade", afirmou Silva.

Senado. O **Estadão** apurou que o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Fecomércio RN
Sesc | Senac

acarta

Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), que vai instalar hoje uma comissão especial para mudar as regras do jogo nas disputas de 2022. A deputada Renata Abreu (Podemos-SP) deve ser escolhida como relatora. Para ter validade, a proposta também precisa passar pelo Senado e ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro até outubro, um ano antes da eleição. Bolsonaro é candidato a novo mandato e ainda está à procura de um partido para se filiar.

Na lista das modificações sugeridas para a reforma estão a volta das coligações e a reserva obrigatória de cadeiras para mulheres no Legislativo – o porcentual ainda não foi definido. A proposta é vista como a forma mais eficiente de aumentar a participação feminina na política, uma vez que a regra de destinar 30% do Fundo Eleitoral a mulheres tem sido burlada com frequência.

A liberação para os showmícios que, em tempos de pandemia de covid-19, foram adaptados para "lives" com artistas, também está entre as mudanças previstas. A prática de promover candidaturas usando cantores famosos é proibida desde 2006 pela Justiça Eleitoral com o argumento de que abre brecha para o caixa 2 e possibilita o abuso de poder econômico nas campanhas. Dirigentes de partidos também querem alterar normas referentes à propaganda dos candidatos e impor limites para a edição de novas regulamentações pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Fundo eleitoral. A retomada do financiamento empresarial deverá ser levada para o centro do debate nesse pacote. Até agora, no entanto, não há intenção de reduzir o valor bilionário do Fundo Eleitoral. Levantamentos no Congresso também indicam que a maioria dos deputados e senadores é contra o voto impresso, bandeira do presidente Jair Bolsonaro.

"No atual momento, a decisão de instituir o financiamento eleitoral por empresas, com teto fixo, constitui uma decisão política, que cabe ao Congresso. Embora nem todo modelo de doação por pessoas jurídicas seja a priori inconstitucional, não tenho simpatia pela ideia", disse ao **Estadão** o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso. "O processo democrático deve ser um exercício de cidadania, e não de poder econômico. Sou a favor das doações por pessoas físicas, com teto. E sou a favor, também, de incentivos para que as pessoas físicas façam doações".

Em setembro de 2015, com o voto de Barroso, o Supremo proibiu a doação de empresas para campanhas eleitorais. A decisão ocorreu após a Operação Lava Jato revelar um esquema bilionário de corrupção que envolvia troca de contratos na administração pública e distribuição de propina. Os valores da corrupção, segundo apontaram as investigações, eram mascarados como doação para candidatos e serviam para que os executivos cobrassem favores dos políticos que ajudavam a eleger.

As regras até então vigentes permitiam às empresas privadas fazer doações a campanhas ou a partidos até o limite de 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição. Os ministros do Supremo concluíram que as regras provocavam desequilíbrio na disputa eleitoral, privilegiando alguns candidatos e abrindo caminho para a influência negativa das empresas.

"Com um teto, as empresas podem influenciar na eleição, o que é legítimo, mas sem gerar uma relação promíscua, como as doações mais expressivas acabam gerando", afirmou o advogado Luiz Fernando Casagrande Pereira, fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e consultor da reforma que está em discussão na Câmara. "É um tabu. Na época, o Supremo declarou inconstitucional aquele estado de coisas, não necessariamente todo o financiamento. Agora, podemos calibrar sem ofender a Constituição para oxigenar a forma de financiar campanhas no Brasil".

também é um dos defensores do retorno do financiamento empresarial. Na avaliação de Alcolumbre, o Congresso poderia estabelecer uma regra para proibir quem doou de fechar contrato com a administração pública.

Em 2019, quando parlamentares discutiam a ampliação do Fundo Eleitoral para as campanhas municipais, o senador já era favorável à volta desse tipo de doação. "Não pode fazer financiamento de campanha todo ele criminoso. Se acontecerem equívocos, podemos colocar as amarras para corrigir os equívocos", disse Alcolumbre, na ocasião. Um ano depois, Josiel Alcolumbre, irmão do senador, perdeu a eleição para a prefeitura de Macapá.

Apesar das articulações políticas, o assunto é visto com ressalvas por alguns dirigentes de partidos. "Eu tenho sido procurado, mas essas mudanças não têm nosso apoio. O sistema político já está muito deteriorado e essas modificações poderão piorar. Não tem de haver mudança nenhuma", afirmou o presidente do PSB, Carlos Siqueira. Para ele, o ideal é um aumento no valor no Fundo Eleitoral, em 2022. "O financiamento sempre terá um custo e é demagogia fugir disso. Naturalmente, terá que ter um reajuste. O valor do ano passado foi muito aquém da necessidade".

A quantia destinada no ano que vem para financiar gastos de candidatos será discutida no Orçamento de 2022 e deve ser aprovada ainda no segundo semestre.

● **'Congresso'**

"A decisão de instituir o financiamento eleitoral por empresas, com teto fixo, constitui uma decisão política, que cabe ao Congresso. Embora nem todo modelo de doação por pessoas jurídicas seja, a priori, inconstitucional."

Luís Roberto Barroso

PRESIDENTE DO TSE E MINISTRO DO STF

Fecomércio RN
Sesc | Senac

acarta

Com alta nas exportações, superávit pode ir até a US$ 73 bi, novo recorde – ESTADÃO – São Paulo – 04/05/2021

Comércio exterior. Se alcançado, resultado deste ano será 30% superior ao de 2017, último recorde; retomada da China e dos Estados Unidos deve continuar ampliando as vendas de soja e minério de ferro. Em abril, foi registrado saldo comercial positivo de US$ 10,3 bi

Com alta nas exportações, superávit pode ir até a US$ 73 bi, novo recorde

Luciana Dyniewicz
Lorenna Rodrigues / BRASÍLIA

Com a demanda por produtos como soja e minério de ferro em alta, principalmente na China, e o reaquecimento da economia dos Estados Unidos, as exportações brasileiras devem dar um salto neste ano e a balança comercial registrar um saldo positivo recorde. Bancos e consultorias estimam que o superávit poderá chegar a US$ 73 bilhões. Se alcançado, o número será 30% maior que o de 2017, quando o País bateu seu último recorde, com US$ 56 bilhões. Na comparação com o ano passado, a alta do saldo seria de 46%.

O Relatório Focus, elaborado pelo Banco Central com base em projeções das principais casas de análise econômica do País, indica que, por enquanto, a mediana do mercado para o superávit de 2021 é de US$ 64 bilhões – ainda assim, um recorde. Ao contrário do que ocorreu em 2017, quando a debilidade das importações garantiram o saldo histórico, desta vez o superávit será impulsionado pelo aumento das exportações.

Além de os principais parceiros comerciais do País – China e EUA – estarem se recuperando rapidamente da crise da Covid-19, há uma retomada do comércio internacional que deve favorecer as exportações brasileiros. A Organização Mundial do Comércio estima crescimento de 8% para este ano, após um tombo de 5,3% em 2020.

A consultoria LCA é uma das mais otimistas com o saldo comercial brasileiro, projetando US$ 73 bilhões para 2021. A estimativa foi feita no começo de abril, mas já há um viés de alta, segundo a economista Ana Luisa Mello. Quando o ano começou, explica ela, era esperado um superávit significativo porque os preços das commodities vinham subindo. Agora, somou-se a isso uma elevação no volume de produtos embarcados. "O crescimento das exportações está acima do que se esperava em janeiro, quando ainda não havia informações sobre o sucesso do processo de vacinação nos EUA", diz Ana Luisa.

PORTO DE SANTOS 4/1/2020

Melhora global. Além da retomada da China e dos EUA, há recuperação do comércio mundial, o que favorece exportações

● **Salto**

US$ 26,5 bi

foi a soma dos bens vendidos para o exterior em abril, uma alta de 50,5% na comparação com o mesmo mês do ano passado

A consultoria Tendências vinha prevendo um superávit de US$ 53,8 bilhões para o ano, mas vai revisar o número ainda nesta semana. "Acho que dá para pensar entre US$ 60 bilhões e US$ 70 bilhões", diz o economista Silvio Campos Neto.

De acordo com Campos Neto, ainda que o minério de ferro seja o produto que concentra a maior elevação no preço – a tonelada passou de US$ 67,6 em abril de 2020 para US$ 129,8 em abril de 2021 –, essa alta está disseminada e favorece também produtos como soja e celulose.

A economista Lia Valls, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV, afirma que até manufaturados (como têxteis e calçados) devem começar a registrar maiores embarques, puxados pela desvalorização do real. "Como o mercado interno está mais encolhido, as indústrias acabam se voltando para setor externo."

O Itaú Unibanco estima superávit de US$ 72 bilhões para este ano. A economista do banco Júlia Gottlieb destaca que a alta nas commodities registrada no começo do ano está chegando agora aos preços praticados. Por isso, os resultados recentes da balança comercial foram mais positivos.

As exportações brasileiras bateram recorde em abril, quando a venda de bens para o exterior somou US$ 26,5 bilhões, uma alta de 50,5% na comparação com abril de 2020. Foi o maior valor para todos os meses da série histórica, que tem início em janeiro de 1997.

As importações também aumentaram, com as empresas brasileiras comprando mais insumos, e chegaram a US$ 16,1 bilhões, um avanço de 46,8%. Ainda assim, o saldo comercial bateu recorde, alcançando US$ 10,3 bilhões. "O boom de commodities internacionais tem ajudado o Brasil e as compras chinesas também ajudam, porque a China tem formado estoques de matérias-primas", afirmou o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira.

Como ponderação, ele lembra que o crescimento expressivo, tanto das exportações como das importações, se deu sobre uma base de comparação bastante fraca, já que abril de 2020 foi o auge do impacto da pandemia na economia brasileira.

As exportações do mês passado foram impulsionadas pela soja, com 17 milhões de toneladas, o maior montante já vendido em um mês. O produto respondeu por 27,1% de todos os embarques de abril. "Há demanda mundial aquecida por produtos brasileiros no contexto de recuperação econômica em países como China, da União Europeia e EUA", disse o diretor do subsecretário de Inteligência e Estatística de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Herlon Brandão.

Impacto. Apesar de serem consideradas positivas por trazerem receita ao País, as exportações recordes não serão suficientes para impulsionar a economia do País. Isso porque elas têm uma participação pequena no PIB. "O PIB pode até ser beneficiado pelas exportações, mas elas não conseguem alavancar o crescimento sozinhas", diz Lia Valls. Campos Neto, da Tendências, lembra que a participação do comércio exterior no PIB poderá crescer de 12% para 15% neste ano, mas o movimento ocorrerá em grande parte por causa da desvalorização do real. Como o PIB é mensurado em dólar, as atividades internas pagas em real acabam perdendo representatividade. / **COLABOROU EDUARDO LA GUNA**

WASHINGTON COSTA/MINISTÉRIO DA ECONOMIA - 2/9/2020

"Há **demanda** mundial aquecida por **produtos brasileiros** no contexto de recuperação."
Herlon Brandão, subsecretário de Inteligência e Estatística de Comércio Exterior

Com 2ª onda da covid, vendas de carros têm queda de 7,5% em abril – ESTADÃO – São Paulo – 04/05/2021

Com 2ª onda da covid, vendas de carros têm queda de 7,5% em abril

- Foram licenciados 175,1 mil veículos no mês passado, marcado por novas restrições à abertura de lojas

Eduardo Laguna
Cleide Silva

As vendas de veículos novos no País caíram 7,5% na passagem de março para abril, período marcado por restrições no funcionamento das concessionárias em alguns dos maiores mercados do País em razão da segunda onda da pandemia. No total, 175,1 mil veículos foram licenciados no mês passado, entre carros de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus.

Na comparação com abril de 2020, quando o mercado foi reduzido a menos de 56 mil veículos em meio à paralisação das atividades das montadoras, as vendas do mês passado mais do que triplicaram (alta de 214%).

As concessionárias iniciaram abril com portas fechadas em Estados como São Paulo, o maior mercado do Brasil, em razão do agravamento da pandemia. Na segunda quinzena do mês, as lojas foram reabertas, mas em horário restrito a oito horas por dia.

As vendas também seguem comprometidas pela falta de alguns modelos no mercado, e fila de espera nas locadoras, um dos maiores consumidores de automóveis, em decorrência da irregularidade no abastecimento de peças nas linhas de montagem. O risco de contaminação, dada a piora da crise sanitária, também motivou paradas de linhas na maioria das montadoras entre o fim de março e começo de abril.

Frente à base de comparação fraca de igual período de 2020, o mercado mostra desempenho positivo no acumulado do quadrimestre. As vendas estão 14,5% acima do volume de igual período do ano passado, com 703 mil unidades vendidas.

Só o segmento de automóveis e comerciais leves cresceu 13,3% no ano, somando 663,9 mil unidades. No ranking de marcas, a Fiat se mantém na liderança, com 20,9% das vendas, seguida por Volkswagen (17,3%) e General Motors (14,4%).

Líder nos últimos anos, a GM tem visto sua fatia de mercado despencar porque mantém a fábrica de Gravataí (RS) – onde o Onix é produzido – fechada desde março, por falta de componentes, especialmente de semicondutores, problema que tem afetado a produção mundial de automóveis.

A unidade da GM de São José dos Campos (SP), que estava operando com metade da capacidade, voltou ao normal em meados do mês passado. A unidades produz a picape S10 e o utilitário Trailblazer.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO - SFU 2018

Mercado. A falta de alguns modelos no mercado ajudou a derrubar as vendas de veículos

Os preferidos. Na disputa entre modelos, a picape Strada, da Fiat, segue como o veículo mais vendido do País, com 41,4 mil unidades acumuladas no período de janeiro a abril. No segundo lugar da lista está o Chevrolet Onix (35,1 mil unidades), seguido por Hyundai HB20 (30,5 mil), Jeep Renegade (25,7 mil) e Volkswagen Gol (25,4 mil).

Os números obtidos no mercado são preliminares e sujeitos a leves ajustes em relação aos dados oficiais a serem divulgados hoje pela Fenabrave (entidade que representa as concessionárias), e na sexta-feira pela Anfavea (associação das montadoras).

A Anfavea iniciou 2021 com previsão de crescimento de 15% no mercado total de veículos neste ano, mas, se a situação sanitária do País e a falta de componentes se prolongarem é possível que o número seja revisto ao longo do ano.

Fecomércio RN
Sesc | Senac

acarta

Lei prevê socorro a turismo e eventos – ESTADÃO – São Paulo – 04/05/2021

Lei prevê socorro a turismo e eventos

Bolsonaro sanciona projeto que inclui renegociação de dívidas tributárias e repasse de recursos do Pronampe; isenção de impostos é vetada

Idiana Tomazelli
Camila Turtelli / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou projeto de lei que cria um programa de apoio aos setores de turismo e entretenimento, afetados diretamente desde o início da pandemia. As medidas incluem renegociação de dívidas tributárias e o direcionamento de parte dos recursos do programa de crédito a micro e pequenas empresas (Pronampe). A isenção de tributos como PIS/Cofins para essas atividades foi vetada pelo presidente, mas o Ministério da Economia prometeu estudar alternativas para isentar pequenas empresas que estejam enfrentando maior dificuldade.

A sanção da lei foi anunciada em entrevista coletiva no Palácio do Planalto por Bolsonaro, ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes. Na época da aprovação do projeto, no início de abril, cálculos preliminares de consultores da Câmara apontavam que a proposta poderia ter impacto de até R$ 4 bilhões nas contas do governo, ampliando a necessidade de o Ministério da Economia arrumar mais espaço no Orçamento. Com os vetos, esse efeito deve ser menor, embora haja a promessa de reavaliação de algumas medidas, como a isenção de tributos.

"Nos próximos dias ou nas próximas semanas, buscaremos atender quase na integralidade o que foi aprovado na Câmara", disse Bolsonaro. Ao lado do presidente, Guedes também reforçou que o setor de eventos foi um dos mais atingidos e está com dificuldades de se levantar, por isso Bolsonaro pediu "medidas especiais". "Só mais um pouco de paciência dessa turma aí, estamos indo para resgatar", afirmou. Segundo o ministro, os eventuais vetos são no sentido de "aperfeiçoamento" da lei.

Entre as empresas beneficiadas pela lei, estão hotéis, cinemas, casas noturnas, casas de shows, eventos e espetáculos, parques temáticos, de diversão e aquáticos, atrações turísticas, empresas que realizam ou comercializam congressos, feiras, festas, shows, festivais, espetáculos, simpósios, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, além de entidades sem fins lucrativos e buffets sociais e infantis.

Tributos. O texto aprovado pelos congressistas reduzia a zero, pelo prazo de 60 meses a partir da sanção da lei, as alíquotas de contribuições como PIS/Pasep, Cofins, CSLL e IRPJ para o setor. Porém, o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, disse que a isenção de tributos foi vetada porque o governo precisaria compensar a perda de arrecadação com a elevação da carga tributária sobre outros setores. Nos moldes da medida aprovada pelo Congresso, a compensação necessária seria elevada, explicou o secretário, sem especificar valores.

O projeto também estabelecia medidas para compensar a perda de receitas do setor relacionadas à covid-19. Seria uma indenização para as empresas que tiveram redução de mais de 50% em seu faturamento entre 2019 e 2020. O valor a ser pago ao conjunto de companhias seria limitado a R$ 2,5 bilhões, e calculado com base na folha de salários das empresas registrada no dia 20 de março. Não foi detalhado, porém, se essa parte da ajuda foi vetada ou sancionada.

Uma das principais medidas sancionadas no programa é a possibilidade de parcelamento de débitos de empresas com o governo, como dívidas tributárias, não-tributárias e com o FGTS. O desconto será de até 70% sobre o total da dívida, e o prazo para quitá-la será de até 145 meses – exceto para débitos previdenciários, que terão 60 meses. Não serão exigidas entrada nem garantias. A negociação, porém, só valerá para empresas que comprovarem dificuldade de pagamento.

Também será assegurado um direcionamento de 20% do Pronampe ao setor de turismo e eventos. Como a equipe econômica prevê um aporte de R$ 5 bilhões no fundo de garantias do Pronampe, cerca de R$ 1 bilhão iria para esses dois segmentos. Segundo Costa, o valor seria suficiente dada a demanda rastreada pelo governo – embora haja pressão no Congresso para ampliar esse valor..

"O governo tem defendido R$ 5 bilhões para Pronampe, isso seria suficiente", disse o secretário.

GABRIELA BILÓ/ESTADÃO 10/5/2020

Ajuda. Sancionado por Bolsonaro, texto prevê desconto e parcelamento de débito tributário

Sob pressão, relator apresenta texto de tributária

Um ano após a criação da comissão mista da reforma tributária, o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresenta hoje seu parecer sob pressão. De um lado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e a equipe econômica desejam o fatiamento da reforma em quatro etapas. De outro, lideranças do Congresso são contra a repartição do texto e querem uma proposta de alcance amplo, incluindo Estados e municípios.

Segundo apurou o *Broadcast/Estadão*, Aguinaldo Ribeiro estava inclinado a manter em seu parecer a linha que já vinha sido defendida pelo deputado, de unificação de PIS/Cofins, IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal), mas intensificou nos últimos dias conversas com parlamentares e integrantes do governo para decidir o desenho final de seu texto.

Aliados de Aguinaldo esperam uma única Proposta de Emenda à Constituição (PEC) unificando os cinco tributos, começando pela fusão de PIS e Cofins nos dois primeiros anos.

Lira, por sua vez, quer uma reforma tributária em quatro fases – uma delas incluindo um amplo Refis para renegociar débitos tributários de empresas. A divisão se mostra alinhada ao desenho inicial pensado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem dito haver risco de alta na carga tributária em caso de aprovação da PEC mais ampla.

No fatiamento defendido por Lira, cada parte teria um relator distinto, e o próprio deputado Aguinaldo Ribeiro poderia ficar responsável por uma das fatias.

A primeira parte seria composta pela criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição a PIS e Cofins – proposta que já foi enviada pelo time de Guedes –, a redução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) aliada ao fim da isenção de lucros e dividendos da pessoa física, além da tributação sobre fundos exclusivos de investimentos.

O vice-presidente da comissão mista da reforma, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), é contra essa via e diz acreditar que Aguinaldo apresentará o relatório mais abrangente. "Sou contra o fatiamento, ainda mais iniciando por essa proposta do governo que, além de não simplificar, aumenta a carga tributária", disse Rocha. O líder do MDB na Câmara, deputado Isnaldo Bulhões (AL), também é contra o fatiamento. "Acho que isso causaria insegurança jurídica", afirmou ele. /LT. e C.T.

Fecomércio RN
Sesc | Senac

acarta

Bolsonaro atende Guedes e sanciona com veto ajuda para turismo e eventos – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 04/05/2021

Bolsonaro atende Guedes e sanciona com veto ajuda para turismo e eventos

Fábio Pupo e Raquel Lopes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) decidiu atender o Ministério da Economia e sancionar com vetos um projeto de lei que concede ajuda financeira ao setor de turismo e eventos.

O pacote vai fornecer renegociação de dívidas tributárias nos moldes defendidos pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), além de reservar parte de duas linhas de crédito criadas durante a pandemia para as empresas desses segmentos.

Uma fatia de 20% do Pronampe (criado em 2020 para atender micro e pequenas empresas) será dedicada ao setor, além de até R$ 1 bilhão do Peac (Programa Emergencial de Acesso a Crédito), uma espécie de Refis (programas amplos de renegociação de dívida).

O Ministério da Economia conseguiu alterar o texto original ainda durante a tramitação no Congresso, de modo que atendesse aos critérios da PGFN.

O texto autoriza que o Executivo oferte a renegociação ao setor de eventos, com algumas condições diferentes, mas mantidos todos os requisitos da lei da transação tributária (13.988) —sancionada em abril de 2020 como resultado de uma medida provisória.

Com isso, a renegociação fica voltada somente ao contribuinte que não tenha capacidade de pagamento para quitar o seu passivo.

gencial de Acesso a Crédito).

Carlos da Costa, secretário especial de Competitividade, Emprego e Produtividade do Ministério da Economia, afirmou que, devido ao impacto para as demais empresas, será vetado o trecho que gerava uma redução de impostos para o setor.

Segundo ele, cortar impostos obrigaria o governo a elevar tributos de outros segmentos. "Não existia uma estimativa que coubesse nas compensações tributárias. Haveria um aumento de imposto sobe outros setores, o que o presidente sempre falou que é contra", disse.

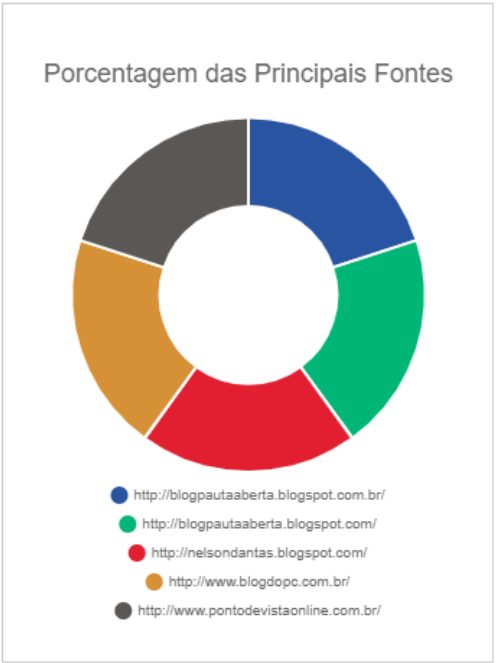
Além do veto, outra vitória do Ministério da Economia no projeto foi a mudança em um trecho que criaria

Le Postiche entra em recuperação judicial

O pedido da rede de lojas de bolsas e acessórios voltada para o varejo foi processado na sexta-feira (30) pela Justiça de São Paulo. As dívidas registradas no processo são de R$ 64,6 milhões. Os principais credores são locadores de imóveis das lojas, bancos e fornecedores. Os principais produtos da companhia são malas de viagem, bolsas e mochilas escolares, cujas vendas foram afetadas pela pandemia, segundo justificativa para o pedido de recuperação.

Fecomércio RN
Sesc | Senac
acarta

GRÁFICOS

Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTP://BLOGPAUTAABERTA.BLOGSPOT.COM.BI	1
HTTP://BLOGPAUTAABERTA.BLOGSPOT.COM/	1
HTTP://NELSONDANTAS.BLOGSPOT.COM/	1
HTTP://WWW.BLOGDOPC.COM.BR/	1
HTTP://WWW.PONTODEVISTAONLINE.COM.BR/	1